

Sumário

Apresentação	11
1. Introdução	15
1.1. Considerações iniciais	15
1.2. O tempo e o objeto da presente investigação	18
1.3. Tempo e segurança jurídica	20
1.4. Prescrição ou decadência: uma falsa questão?	22
1.5. A estrutura da obra	28
2. O prazo para a restituição dos tributos no Código Tributário Nacional	31
2.1. Os pressupostos para a restituição do indébito	31
2.2. A estrutura da norma de repetição	35
2.3. O prazo para a repetição do indébito na legislação brasileira	40
2.3.1. O artigo 168 I conjugado com o artigo 165 I e II do Código Tributário Nacional	45
2.3.1.1. O recolhimento indevido de tributos lançados	49
2.3.1.1.1. Prazo para a repetição nos tributos sujeitos ao lançamento de ofício	50
2.3.1.1.2. Outras hipóteses de lançamento de ofício	56
2.3.1.2. Os tributos sujeitos ao lançamento por homologação	59

2.3.1.2.1. A extinção do crédito tributário nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação	65
2.3.1.2.2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça anterior à Lei Complementar n. 118/2005	65
2.3.1.2.3. A Lei Complementar n. 118/2005	77
2.3.1.2.3.1. A Lei interpretativa na ordem jurídica brasileira	81
2.3.1.2.3.2. O art. 3º da Lei Complementar n. 118	84
2.3.2. O artigo 168 II conjugado com o artigo 165 III do Código Tributário Nacional	94
2.3.3. Pedido administrativo prévio e o art. 169 do CTN	98
3. Controle de constitucionalidade e a repetição do indébito	109
3.1. A declaração de inconstitucionalidade da lei em que se baseou o recolhimento indevido	109
3.2. A eficácia e os efeitos da declaração de inconstitucionalidade das leis no controle de constitucionalidade brasileiro	112
3.3. A impossibilidade de efeitos meramente prospectivos na declaração de inconstitucionalidade da lei tributária impositiva	125
3.4. A declaração de inconstitucionalidade e o prazo para a repetição do indébito em antiga jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	137
3.4.1. Declaração de inconstitucionalidade no controle difuso	142
3.4.2. Declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado	148
3.4.3. O entendimento doutrinário	150
3.4.4. A questão da actio nata	153
3.4.5. O argumento histórico	163
3.4.6. A decisão do Supremo Tribunal Federal invocada ...	172

3.5. Apontamentos sobre os efeitos da declaração de inconstitucionalidade e a repetição de indébito	175
4. As denominadas “causas supervenientes” do indébito	181
4.1. A declaração judicial de invalidade do negócio jurídico	182
4.2. A lei interpretativa	190
4.3. O pagamento antecipado	194
4.3.1. A retenção na fonte do imposto de renda das pessoas físicas	194
4.3.2. A substituição tributária progressiva	196
4.4. A remissão por equidade	202
5. Conclusões	205
Referências bibliográficas	211